

REUNIDAS TRANSPORTES S.A. CNPJ 04.176.082/0001-80 - Caçador - SC RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO									
Senhoras e Senhores Acionistas, A Diretoria da REUNIDAS TRANSPORTES S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seguir, as respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes, do exercício de 2020, objetivando divulgar o desempenho da companhia para a sociedade, parceiros, investidores e usuários. Considerações Finais: Em 02 de maio de 2016, as companhias controladoras Reunidas S.A. Transportes Coletivos - Em Recuperação Judicial e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A. - Em Recuperação Judicial , também, a companhia integrante do mesmo grupo econômico Real Transporte e Turismo S.A. - Em Recuperação Judicial , protocolaram o pedido de Recuperação Judicial, o qual teve o deferimento exarado em 09 de maio de 2016, seguindo o processo os trâmites previstos em lei. Como parte constante das ações de recuperação judicial, em 05/12/17 foi realizada a assembleia geral de credores (AGC), mediante a qual os credores, por esmagadora maioria, aprovaram o plano de recuperação proposto pelas companhias. Por conta da aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores (AGC) o MM. Juiz da Recuperação Judicial concedeu a recuperação judicial em 18/12/2017, decisão contra a qual não foram interpostos recursos. Caçador, 05 de Março de 2021.					Sandoval Caramori Diretor Presidente				
					Selvino Caramori Filho Diretor Vice-Presidente				
Balanco Patrimonial - Em Milhares de Reais					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Milhares de Reais				
Ativo	Nota	31/dez/20	31/dez/19		Eventos	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação	Prejuízos
Circulante		10.316	10.400			Social	Legal	Disposição dos Acionistas	Totais
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	6.169	3.752		Saldo inicial em 01 de janeiro de 2019	50.500	3.611	33.568	2.244
Contas a Receber de Clientes	6	1.959	3.508		Realização do Custo Atribuído Imobilizado			(1)	1
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	7	1.096	1.873		Prejuízo do Exercício				(30.777)
Tributos a Recuperar	8	408	389		Destinações Propostas no Exercício:				
Estoques	9	376	423		- Reversão de Reservas			(30.776)	30.776
Outros Direitos Realizáveis		308	455		Saldo final em 31 de dezembro de 2019	50.500	3.611	2.792	2.243
Não Circulante		138.426	156.834		Realização do Custo Atribuído Imobilizado			(218)	218
Realizável a Longo Prazo		40.972	43.770		Prejuízo do Exercício				(37.580)
Cauções e Depósitos	10	2.225	1.755		Saldo final em 31 de dezembro de 2020	50.500	3.611	2.792	(37.580)
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	11	38.747	42.015					2.025	(37.362)
Investimentos	11	37.439	58.084		Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)				
Imobilizado	12	60.015	54.980		Em Milhares de Reais				
Total do Ativo		148.742	167.234			31/dez/20	31/dez/19		
Passivo e Patrimônio Líquido		67.755	41.310		Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(43.632)	(31.281)		
Circulante		67.755	41.310		Resultado antes do IR e da CS				
Fornecedores	13	5.671	7.231		Ajustado por:				
Instituições Financeiras	14	6.017	4.466		Alienação do Imobilizado	2.705	81		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	6.786	3.458		Ajustes ao Valor Justo - Propriedades para Investimentos	(566)	(5.987)		
Obrigações Fiscais e Tributárias	16	10.526	6.218		Alienações - Propriedades p/ Investimentos	23.549	11.375		
Provisão p/Férias e Encargos		1.696	1.998		Depreciação	3.655	2.855		
Parcelamentos de Tributos	17	21.213	8.932		Provisões para Contingências	62	(4.717)		
Adiantamentos de Clientes		169	174		Provisões p/ Férias e Encargos	(302)	94		
Valores Arrecadados de Terceiros	18	2.396	2.796		Atualizações de Direitos/Obrigações	1.148	2.757		
Taxa de Embarque		62	3.994		Resultado Ajustado	(13.381)	(24.823)		
Obrigações com Arrendamentos		10.965	0		IR e CS Passivos	0	0		
Outras Obrigações		2.254	2.043		(Aumento)/Redução dos Ativos:				
Não Circulante		59.421	66.778		Contas a Receber de Clientes	1.549	656		
Instituições Financeiras	14	7.925	4.809		Tributos a Recuperar	(19)	600		
Parcelamentos de Tributos	17	1.702	13.889		Estoques	47	264		
Valores Arrecadados de Terceiros	18	1.302	1.360		Outros Direitos Realizáveis	147	(91)		
Partes Relacionadas	19	31.277	23.515		Aumento/(Redução) dos Passivos:				
Provisões p/Contingências	20	996	934		Fornecedores	(1.560)	759		
IR e CS Passivo Diferidos	21	16.219	22.271		Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.328	543		
Patrimônio Líquido	22	21.566	59.146		Parcelamentos Tributários	(642)	12.534		
Capital Social		50.500	50.500		Obrigações Fiscais e Tributárias	3.896	(3.273)		
Reservas de Lucros		0	6.403		Outras Obrigações	7.244	1.978		
Prejuízos Acumulados		(30.959)	0		Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	609	(10.853)		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.025	2.243		Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		148.742	167.234		Aplicações no Imobilizado	(11.395)	(559)		
Demonstração do Resultado - Em Milhares de Reais					Aplicações em Investimentos	(2.338)	0		
	Nota	31/dez/20	31/dez/19		Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	777	1.899		
Receita Operacional Líquida	23	36.640	64.936		Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Ativo)	3.268	2.187		
Custos		(43.993)	(63.678)		Cauções e Depósitos	(470)	(830)		
Resultado Bruto		(7.353)	1.058		Caixa Líquido Aplicado/(Proveniente) das Atividades de Investimento	(10.158)	2.697		
(Despesas)/Receitas Operacionais		(28.876)	(23.323)		Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Despesas Gerais e Administrativas		(9.584)	(14.353)		Instituições Financeiras - Pagamentos	(2.073)	(1.363)		
Despesas c/ Vendas		(5.615)	(8.463)		Instituições Financeiras - Captações	6.740	4.300		
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		(13.677)	(507)		Adiantamentos de Clientes	(5)	(43)		
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(36.231)	(22.265)		Valores Arrecadados de Terceiros	(458)	(512)		
Receitas Financeiras	24	314	249		Partes Relacionadas - Passivo	7.762	6.941		
Despesas Financeiras	24	(7.715)	(9.265)		Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	11.966	9.323		
Resultado antes do IR e da CS		(43.632)	(31.281)		Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.417	1.167		
IR e CS Diferidos		6.052	504		Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3.752	2.585		
Prejuízo do Exercício		(37.580)	(30.777)		Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	6.169	3.752		
Demonstração do Resultado Abrangente - Em Milhares de Reais					Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020				
		31/dez/20	31/dez/19		(Valores em Milhares de Reais)				
Prejuízo do Exercício		(37.580)	(30.777)		Nota 1. Informações Gerais				
Movimentação do Exercício					A Companhia iniciou suas atividades em 26 de outubro de 2000 e tem por objeto: (a) Agências de viagens; (b) Operadores Turísticos; (c) Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificado anteriormente; (d) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual; (e) Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (f) Transporte rodoviário de produtos perigosos; e (g) Transporte rodoviário de				
Resultado Abrangente do Exercício		(37.580)	(30.777)		mudanças, com o mesmo ou outro objeto social, na qualidade de sócia quotista ou acionista. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 05 de março de 2021. Recuperação Judicial das demais empresas do Grupo Reunidas - Em 02 de maio de 2016, as companhias controladoras Reunidas S.A. Transportes Coletivos - "Em Recuperação Judicial" e Reunidas Transportadora de Cargas S.A. - "Em Recuperação Judicial", e a companhia do mesmo grupo econômico Real Transporte e Turismo				

passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: a) **Ativos Financeiros** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos". Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "5"), nessa classificação. b) **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** - Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. c) **Empréstimos e Recebíveis** - São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa "6"), nessa classificação. d) **Passivos Financeiros** - A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros. e) **Outros Passivos Financeiros** - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "13") e instituições financeiras (nota explicativa "14"). 2.3.2 Reconhecimento e Mensuração - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem. 2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa - As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa "6". A provisão constituída está composta por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Reversão de Perdas de Títulos Incobráveis" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber. 2.5 Estoques - Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão

bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa "9". 2.6 Investimentos - Os adiantamentos para futuro aumento de capital, face à intenção da Companhia, são classificados em Investimentos e mensurados ao custo de aquisição. Os imóveis destinados à valorização de capital e/ou locação são classificados como Propriedades para Investimentos, sendo mensuradas e avaliadas pelo valor justo, conforme laudos de avaliadores independentes. Os investimentos estão apresentados na nota explicativa "11". 2.7 Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa "12". Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado. 2.8 Contas a Pagar aos Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme disposto na nota explicativa "13". 2.9 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras) - São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, conforme disposto na nota explicativa "14". 2.10 Partes Relacionadas - Consistem nas transferências de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado, conforme descrito na nota explicativa "19". 2.11 Demais Ativos e Passivos - Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die". 2.12 Provisões - As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São atualizadas até as datas dos balanços

pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "20". 2.13 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre os ajustes de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e Leis Fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. Os tributos diferidos estão demonstrados na nota explicativa "21". 2.14 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita - O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. 2.14 Regime de Tributação da Companhia - A Companhia é tributada com base no Lucro Real. 2.15 Normas, Alterações e Interpretações de Normas - CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil - O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores. De acordo com a avaliação da Administração, essa norma trouxe impacto significativo, os quais foram devidamente contabilizados. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: **Reconhecimento de Receita** - A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e

Continua

abatimentos, conforme apresentado na nota explicativa "23. Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos".

- A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas - A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado - Risco Cambial - A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial. **Risco de Crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **Risco de Liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/dez/2020	31/dez/2019
Caixa e Bancos	6.169	3.752
	6.169	3.752

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31/dez/2020	31/dez/2019
Duplicatas a Receber	1.328	1.467
Cartão de Crédito	650	2.016
Outros Títulos a Receber	73	218
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(92)	(193)
	1.959	3.508

Nota 7. Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores

	31/dez/2020	31/dez/2019
Adiantamentos a Funcionários	178	518
Adiantamentos a Fornecedores	918	1.355
	1.096	1.873

Nota 8. Tributos a Recuperar

	31/dez/2020	31/dez/2019
INSS Retido Sobre Serviços	1	10
ICMS créditos de Ativo Imobilizado	258	371
IRRF Retido Sobre Serviços	149	8
	408	389

Nota 9. Estoques

	31/dez/2020	31/dez/2019
Estoque de Peças e Acessórios	120	125
Combustíveis	201	231
Lubrificantes	9	6
Pneus e Câmaras	17	23
Materiais de Expediente	18	1
Outros Materiais de Almoarifado	11	37
	376	423

Nota 10. Cauções e Depósitos

A Companhia possui saldos relativos a cauções e depósitos judiciais que representam R\$ 2.225, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.755, em 31 de dezembro de 2019).

Nota 11. Investimentos e Adiantamentos p/ Futuro Aumento de Capital

	31/dez/2020	31/dez/2019
Propriedades p/ Investimentos	37.397	58.032
Outras Participações	52	52
	37.439	58.084

Propriedades p/Investimentos - A partir de 01 de janeiro de

	31 de Dezembro de 2020				31 de Dezembro de 2019			
	Imobilizado	Taxa (%) Depreciação	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Terenos			28.596	-	28.596	30.357	-	30.357
Edificações	5%		8.450	(710)	7.740	9.279	(589)	8.690
Móveis e Utensílios	10%		171	(47)	124	143	(32)	111
Máquinas e Equipamentos	10%		91	(23)	68	75	(15)	60
Software	20%		10	(8)	2	10	(6)	4
Veículos	20%		24.596	(11.431)	13.165	24.372	(8.893)	15.479
Equip. de Informática	-		404	(195)	209	398	(119)	279
Direitos de Uso (*)	-		10.991	(880)	10.111	0	0	0
			73.309	(13.294)	60.015	64.634	(9.654)	54.980

(*) A Companhia reconheceu os efeitos contábeis decorrentes das alterações do CPC 06 - Arrendamento Mercantil, passando a contabilizar em seu ativo o direito de uso em contrapartida a obrigação presente em seu passivo. A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020:

	Imobilizado	31/dez/19	Aquisições	Depreciação	31/dez/20
Terenos		30.357	-	(1.761)	28.596
Edificações		8.690	6	(824)	7.740
Móveis e Utensílios		111	28	-	124
Máquinas e Equipamentos		60	17	-	68
Software		4	-	-	2
Veículos		15.479	347	(120)	13.165
Equipamentos de Informática		279	6	-	285
Direitos de Uso		0	10.991	-	10.991
		54.980	11.395	(2.705)	63.670

Nota 13. Fornecedores - A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 5.671, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.231, em 31 de dezembro de 2019).

Nota 14. Instituições Financeiras

	31 de Dez. de 2020	
	Não Circulante	Circulante
Banco do Estado do Rio Grande	103	161
Caruana S.A. Sociedade de Crédito	660	2.944
Caruana S.A. Sociedade de Crédito	4.916	0
Daycoval	338	0
Caruana S.A. Sociedade de Crédito	0	4.820
	6.017	7.925

As referências alfabéticas ao lado dos valores indicam os comentários mencionados a seguir:

Referência	Modalidade	Garantias	Vencimento
A	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária	15/jun./23
B	Fin. Imobilizado	Alienação Fiduciária	30/set./23
C	Capital de Giro	Duplicatas	21/ago./24
D	Capital de Giro	Duplicatas	13/out./21
E	Capital de Giro	Alienação Fiduciária	21/ago./24

Nota 15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/dez/2020	31/dez/2019
Salários e Ordenados a Pagar	465	1.095
INSS a Recolher	5.838	2.110
FGTS a Recolher	391	153
Contribuição Sindical	92	100
	6.786	3.458

Nota 16. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31/dez/2020	31/dez/2019
ICMS a Pagar	4.475	3.207
COFINS a Recolher	3.706	1.871
PIS a Recolher	801	406
IRRF a Recolher	998	366
Provisão IOF	520	333
Demais Retenções	26	35
	10.526	6.218

2011, a Companhia reclassificou R\$ 13.498 da conta Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e R\$ 19.886 da conta Imobilizado para a conta de Propriedades para Investimentos em função da efetiva intenção da administração, passando a adotar o método do valor justo para sua avaliação anual. Para a adoção do método do valor justo disposto no NBC 1 G 28 - Propriedades para Investimentos, a Companhia contratou especialistas, que emitiram laudo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A composição dos saldos está assim demonstrada:

	Valores Contábeis da Propriedade p/Investimento	Prédios e Benfeitorias	Terenos	Totais
Saldos iniciais em 01/01/2019	3.887	59.533	63.420	
Ajuste ao Valor Justo	47	5.940	5.987	
Alienações	(2.674)	(8.701)	(11.375)	
Saldo Final em 31/12/2019	1.260	56.772	58.032	
Ajuste ao Valor Justo	22	544	566	
Adições	2.338	0	2.338	
Alienações	(1.034)	(22.516)	(23.549)	
Saldo Final em 31/12/2020	2.586	34.801	37.387	

O ajuste ao valor justo foi reconhecido no resultado da Companhia, na conta de "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

	31/dez/2020	31/dez/2019
Ativo		
Real Transportes e Turismo S.A.	38.747	42.015
	38.747	42.015

Nota 12. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

	31/dez/2020	31/dez/2019
Passivo Circulante		
Parcelamentos COFINS	4.645	2.360
Parcelamentos PIS	916	435
Parcelamentos ICMS Rio Grande do Sul	4.863	995
Parcelamentos IRRF	570	325
Parcelamento ICMS Santa Catarina	376	574
Parcelamento ICMS Paraná	1.161	514
Parcelamento IOF	488	253
Parcelamento INSS	4.056	2.314
Parcelamento ANTT	4.058	1.146
Parcelamento IRPJ	50	10
Parcelamento CSLL	30	6
	21.213	8.932
Passivo Não Circulante		
Parcelamentos INSS	1.612	3.037
Parcelamentos COFINS	23	2.165
Parcelamentos PIS	0	612
Parcelamentos IRRF	67	204
Parcelamento ICMS Paraná	0	786
Parcelamento IOF	0	231
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	3.898
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	2.991
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	39
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	26
	1.702	13.889
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	22.915	22.821

Nota 17. Parcelamentos de Tributos

	31/dez/2020	31/dez/2019
Passivo Circulante		
Parcelamentos COFINS	4.645	2.360
Parcelamentos PIS	916	435
Parcelamentos ICMS Rio Grande do Sul	4.863	995
Parcelamentos IRRF	570	325
Parcelamento ICMS Santa Catarina	376	574
Parcelamento ICMS Paraná	1.161	514
Parcelamento IOF	488	253
Parcelamento INSS	4.056	2.314
Parcelamento ANTT	4.058	1.146
Parcelamento IRPJ	50	10
Parcelamento CSLL	30	6
	21.213	8.932
Passivo Não Circulante		
Parcelamentos INSS	1.612	3.037
Parcelamentos COFINS	23	2.165
Parcelamentos PIS	0	612
Parcelamentos IRRF	67	204
Parcelamento ICMS Paraná	0	786
Parcelamento IOF	0	231
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	3.898
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	2.991
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	39
Parcelamento ICMS Rio Grande do Sul	0	26
	1.702	13.889
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	22.915	22.821

Nota 18. Valores Arrecadados de Terceiros

	31/dez/2020	31/dez/2019
Passivo Circulante		
Avelino Alvarez Batista	1.013	1.015
Sandoval Caramori	290	263
Lucir Telmo Christ	992	1.024
José Alceu Proença	0	137
Auto Posto R & R Ltda.	0	157
Henrique Coutinho Moroso	50	100
Felipe Coutinho Moroso	51	100
	2.396	2.796

Continua

	31/dez/2020	31/dez/2019		31/dez/2020	31/dez/2019
Passivo Não Circulante			Nota 24. Receitas e Despesas Financeiras		
Maria Terezinha C. Souza Caramori	942	942	(+) Receitas Financeiras		
Army Maria Caramori Coradin	360	418	Descontos Obtidos	257	144
	1.302	1.360	Juros Ativos	52	14
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	3.698	4.156	Outras Receitas Financeiras	5	91
Nota 19. Partes Relacionadas			Total Receitas Financeiras	314	249
No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de negociações comerciais e contratos entre as partes. O demonstrativo abaixo apresenta tais operações com estas partes relacionadas:			(-) Despesas Financeiras		
	31/dez/2020	31/dez/2019	Juros Pagos	(7.078)	(7.377)
Passivo			Despesas Bancárias	(193)	(618)
Não Circulante			IOF	(77)	(497)
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	(3.713)	(5.926)	Descontos Concedidos	(157)	(515)
Real Transporte E Turismo S.A.	(452)	(2.211)	Outras Despesas Financeiras	(210)	(258)
Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas	(27.112)	(15.378)	Total Despesas Financeiras	(7.715)	(9.265)
	(31.277)	(23.515)	Nota 25. Seguros (não auditado)		
Efeito Líquido entre Ativo e Passivo	(31.277)	(23.515)	Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.		
Nota 20. Provisões para Contingências			Sandoval Caramori	Andréa Carla Rubert Spanholo	
Com base na análise de relatórios suportados por opinião de seus consultores jurídicos externos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado abaixo:			Diretor Presidente	Contadora - CRC SC 026233/O-4	
	31/dez/2020	31/dez/2019	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras		
Contingências Trabalhistas	460	305	Aos Diretores e Acionistas da Reunidas Transportes S.A.		
Contingências Cíveis	329	439	Caçador - SC		
Agência Reguladora	207	190	Opinião com Ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da Reunidas Transportes S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reunidas Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para Opinião com Ressalva - Recuperabilidade de Saldo com Parte Relacionada - Em 31 de dezembro de 2020, conforme mencionado na nota explicativa "11", a Companhia possui o crédito de R\$ 38.747 Mil, relativo ao adiantamento concedido à companhia do Grupo Real Transporte e Turismo S.A. - "Em Recuperação Judicial". Conforme descrito na nota explicativa "1" as companhias controladoras Reunidas S.A. Transportes Coletivos - "Em Recuperação Judicial" e Reunidas Transportadora de Cargas S.A. - "Em Recuperação Judicial", bem como a companhia do grupo econômico Real Transporte e Turismo S.A. - "Em Recuperação Judicial", ajuizaram pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, em 02 de maio de 2016, o qual teve o deferimento em 09 de maio de 2016. O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, sendo aprovado pelos credores nessa data e, homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017. Esta situação gera uma incerteza relevante quanto à recuperabilidade deste saldo, a qual está condicionada ao sucesso da recuperação judicial das referidas Companhias. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Incerteza Relevante - Sem ressaltar nossa opinião, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2019, Passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 127.176 Mil em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 51.288 Mil, gerando passivos superiores em R\$ 75.888 Mil, sendo necessário para continuidade normal das suas operações, a equalização da situação patrimonial e financeira. Fato este agravado pelos efeitos negativos gerados pela Pandemia às operações da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações. Outras informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor - A		
	31/dez/2020	31/dez/2019			
Capital Social Subscrito	50.500	50.500			
	50.500	50.500			
Quantidade Participação de Ações (%)					
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	225.000	50,00%			
Reunidas Transp. Rodoviária de Cargas S.A.	225.000	50,00%			
	450.000	100,00%			
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Refere-se ao "deemed cost" do Imobilizado, relativo a adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS Passivo Diferido.					
Nota 23. Receita Operacional Líquida					
	31/dez/2020	31/dez/2019			
Receita Operacional Bruta					
Fretamento e Turismo	1.488	4.567			
Receita de Transporte de Passageiros Interestadual	22.257	49.047			
Receita de Transporte de Passageiros Intermunicipal	6.693	10.583			
Receita de Transporte de Passageiros Internacional	2.888	8.786			
Transporte de Cargas	13.421	10.761			
Transporte e Encomendas	0	35			
(-) Deduções					
Impostos e Contribuições	(6.726)	(12.328)			
Devoluções e Abatimentos	(3.381)	(6.515)			
Receita Operacional Líquida	36.640	64.936			

administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 05 de março de 2021. Müller & Prei Auditores Independentes S/S - CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/SC. George Angnes - Contador CRC-PR nº 42.667/O 1 S/SC.

Cod. Mat.: 733839